



G

TRUNFOS DE UMA  
**EOGRAFIA ACTIVA**

DESENVOLVIMENTO LOCAL,  
AMBIENTE,  
ORDENAMENTO  
E TECNOLOGIA

**Norberto Santos**  
**Lúcio Cunha**

COORDENAÇÃO

## «GEOMETRIA DO PODER», VALORES, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE CIDADANIA

### 1. INTRODUÇÃO: CIDADE E CIDADANIA(S)

«O ar da cidade liberta». Atribuída a Max Weber, esta frase, remete para o imaginário da cidade enquanto campo de possibilidades, de emancipação e, em última instância, de libertação. Porém, as cidades não são as planícies isotrópicas idealizadas pela Nova Geografia. Ao invés, são o resultado da sedimentação de múltiplas camadas, cada uma delas representando um determinado contexto histórico, com relações sociais e territórios distintos.

O desenvolvimento das cidades, isto é, a sua produção, organização e apropriação, obedece a uma lógica, nem sempre imediatamente perceptível, que reflecte uma «geometria do poder» (Massey, 1993). Pensamos que uma das formas mais interessantes e pertinentes através da qual as desigualdades associadas à «geometria do poder» podem ser exploradas é a da cidadania. Referimo-nos, em particular, aos valores, representações e práticas de cidadania dos indivíduos ocupando posições distintas no quadro de uma dada «geometria do poder».

Em última análise, esse é o problema que se pretendem estudar tentando, em primeiro lugar, descrever a «geometria do poder» da Área Metropolitana de Lisboa e, em segundo, explicar a possível relação entre a posição nela ocupada por cada indivíduo e o seu comportamento relativamente à cidadania. Não obstante, este ensaio procede unicamente a uma exploração teórica dos principais conceitos utilizados e da forma como tentámos integrá-los num todo que pareça algo mais do que a mera soma de cada uma das partes.

Considera-se que este trabalho poderá dar um pequeno contributo para o enriquecimento de uma área que, salvo raras excepções, tem sido relativamente negligenciada pela geografia humana portuguesa actual – a geografia social. Por outro lado, pretende também contribuir para um melhor entendimento da cidadania, das diferentes configurações que esta adquire no *ethos* das populações urbanas e metropolitanas.

### 2. CIDADANIA: (MULTI)ESCALARIZAÇÃO, EXPANSÃO E HOMOGENEIZAÇÃO?

Cidadania é um conceito polissémico, cujos significados sofrem modificações de acordo com os contextos históricos, sociais e políticos que lhes estão associados. Simultaneamente, é também um campo de estudo mais vasto, mas igualmente complexo, com fronteiras que só aparentemente estão bem definidas.

Tradicionalmente, a cidadania, é entendida enquanto conjunto de direitos e deveres dos indivíduos relativamente à comunidade política a que pertencem. Deste modo, direcciona-nos imediatamente para uma concepção que conjuga uma dimensão jurídica e uma outra filosófica. Por um lado, cada indivíduo é instituído de direitos e deveres que determinam os limites possíveis da sua acção num contexto democrático. Por outro, estabelece-se uma relação de reciprocidade entre este e o Estado-nação, por definição, a comunidade política da modernidade.

Assim, é normal que o uso quotidiano da palavra cidadania remeta para a nacionalidade (Kymlicka, 1998). Isto é, a cidadania refere-se a um estatuto legal que determina a pertença à comunidade política Estado-nação e, conseqüentemente, os direitos e deveres que cada uma das partes possui em relação à outra.

Apesar desta concepção dicotómica (conteúdo dos direitos e deveres e tipo de relação entre indivíduo e Estado-nação) já indiciar o referencial para o comportamento activo como algo intrínseco à condição de cidadania, a participação não é explicitada.

Nesse sentido, Bellamy (2008), oferece-nos uma proposta interessante por integrar as três dimensões atrás referidas, ou seja: i) pertença a uma determinada comunidade política; ii) direitos e deveres; iii) participação. Pensamos que este entendimento constitui um bom ponto de partida para compreender a cidadania na sociedade contemporânea.

Porém, se em termos estruturais o desenho tridimensional parece ser suficientemente coerente para poder ser preservado, a racionalidade que o enforma bem como os conteúdos de cada uma das suas dimensões constitutivas merece ser alvo de uma reflexão mais cuidada. Naturalmente, esta decorre do reconhecimento de um conjunto de fragilidades inerentes não só aos fundamentos profundos da cidadania enquanto conceito, mas também da emergência e consolidação de alguns processos de transformação de natureza sociopolítica, característicos da contemporaneidade, que devem ser considerados.

Relativamente à pertença a uma determinada comunidade política, consideramos que, hoje, para além do Estado-nação, outras comunidades devem ser também incluídas na análise. As transformações associadas ao aprofundamento da integração global prefiguram uma reconfiguração das escalas a que operam os processos sociopolíticos. Para além da escala nacional, emergem outras de maior amplitude, nomeadamente, a escala global e a escala continental (ex: europeia, africana, sul-americana, entre outras). Adicionalmente, escalas mais próximas do local ganham também uma importância renovada. Deste modo, a escala metropolitana, a escala municipal bem como a escala da comunidade de vizinhança e/ou bairro, tornam-se significativamente mais relevantes. Temos assim a emergência de uma comunidade política multi-escalar que torna a compreensão da cidadania unicamente com base na relação do indivíduo com o Estado-nação, incompleta e teoricamente insuficiente.

Os direitos e deveres constitutivos da cidadania são, normalmente, de três tipos: cívicos, políticos e sociais. Esta proposta, avançada por T. H. Marshall (1950), sugere que os diferentes tipos de direitos (e não deveres) foram cumulativamente adquiridos de uma forma gradual. Porém, existe hoje o reconhecimento da existência de outras dimensões cuja relevância é tal que se impõe a sua incorporação numa concepção dos direitos e deveres de cidadania que se pretende actualizada e holística – falamos dos direitos culturais e ambientais.

Os primeiros remetem para a necessidade de, entre outros aspectos, reconhecer que o aumento da mobilidade torna mais frequentes os contactos com «o outro» originando tensões e conflitos associados ao processo de construção da alteridade. Os segundos, referem-se

ao crescente reconhecimento de os sistemas ambientais e ecológicos apresentam um equilíbrio precário cuja manutenção depende da articulação de instituições, comunidades e indivíduos que, nas mais das vezes, atravessam as fronteiras territoriais existentes às diversas escalas (ex: um NIMBY entre dois municípios, o aquecimento global, entre outros).

Quando considerados conjuntamente, direitos culturais e ambientais possibilitaram o advento de uma aparente tensão entre perspectivas apologéticas das particularidades do local, por um lado, e, por outro, perspectivas mais próximas daquilo que podemos designar como a visão cosmopolita do global.

Por fim, a participação dos indivíduos deve também ser problematizada, na medida em que a cidadania é um conceito cuja formulação tradicional, ou seja, aquela proposta por Marshall reflecte, evidentemente, uma matriz de carácter liberal. Para o autor, a cidadania social-democrata da Inglaterra dos anos 50 representava a expressão mais bem conseguida da relação entre indivíduos e Estado-nação. Para Marshall, a cidadania ultrapassara os antagonismos de classe e as desigualdades que lhes estão associadas, condições essenciais para o funcionamento do sistema capitalista. Ora como lembrava Barbalet (1989:11), «um sistema político com igualdade de cidadania é na verdade menos do que igualitário se faz parte de uma sociedade dividida por condições de desigualdade». Isto leva-nos a crer que a componente de participação da cidadania deve ser sensível à heterogeneidade e às diferentes formas de desigualdade, mas também de estratificação, que marcam as sociedades contemporâneas.

### 3. CLASSES SOCIAIS: O RESSUSCITAR DE UM ÓBITO DECLARADO

A partir da crítica feita à concepção «monolítica» da cidadania com que terminámos o ponto anterior, procedemos agora a uma breve apresentação do modo como as classes sociais são por nós compreendidas.

Como já referimos anteriormente, e iremos desenvolver no ponto seguinte, a «geometria do poder» serve de quadro de referência para perceber o desenvolvimento dos diferentes territórios que constituem as cidades contemporâneas.

Não se pretende aqui fazer, como de costume, uma historiografia pormenorizada do conceito de classe, identificando os principais contrastes e continuidades na trajectória do desenvolvimento das teorias que em torno dela gravitam desde os «pais fundadores» (Marx e Weber), passando pelos clássicos contemporâneos (Poulantzas, E. O. Wright, Bourdieu, Giddens e Goldthorpe) e culminando naqueles que assinalam a sua «morte» (U. Beck, Pakulski e Waters).

Contrariamente a estes últimos, continuamos a considerar as classes como algo fundamental, em termos analíticos, para uma melhor compreensão do funcionamento das sociedades contemporâneas e, em articulação com os territórios, para perceber as diferentes configurações da «geometria do poder».

A maior complexidade e diferenciação das sociedades ocidentais desenvolvidas da contemporaneidade leva-nos a considerar que as classes sociais só podem ser compreendidas enquanto categorias multidimensionais, relacionais e dinâmicas.

Reconhecemos também a validade dos argumentos que advogam o seu não-essencialismo/não-determinismo na medida em que, por um lado, as classes sociais não são a única categoria social fundamental (outras, tais como os estilos de vida, os hábitos de

consumo, o género, a etnia e a idade são também igualmente relevantes e a sua importância depende, em larga medida, do contexto e do tipo de análise) e, por outro, o capitalismo não deve ser entendido enquanto «mega-conceito» capaz de explicar todas as condições económicas e relações sociais (Panelli, 2004).

Porém, como já indicámos, a sua utilização no contexto da presente investigação é sobretudo instrumental, ou seja, enquanto parte integrante de um dispositivo heurístico que nos ajuda a aproximarmo-nos de um entendimento mais fiel de uma «geometria do poder» particular. Nesse sentido, a definição proposta por João Ferreira de Almeida parece adequar-se às opções metodológicas seguidas e ser coerente com o quadro teórico que temos vindo a construir. Para o autor, as «classes são categorias sociais cujos membros, em virtude de serem portadores de montantes e tipos de recursos semelhantes, tendem a ter condições de existência semelhantes e a desenvolver afinidades nas suas práticas e representações sociais, ou seja, naquilo que fazem e naquilo que pensam» (Almeida, 1994:136).

Em termos operativos considera-se que a proposta metodológica desenvolvida ao longo das últimas décadas por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (Tipologia ACM) é a que apresenta uma maior adequação às especificidades da estrutura de classes portuguesa (Roldão, 2008).

Para além disso, apresenta também vantagens face a outras propostas, nomeadamente, as de Goldthorpe, Esping-Andersen e E. O. Wright, no que concerne a um conjunto de aspectos tais como a consistência teórico-metodológica, a facilidade na manipulação e tratamento da informação e a construção multidimensional do conceito (Costa et al, 2000).

Esta tipologia combina uma dimensão económica/profissional (construída com base em indicadores socioprofissionais) e uma cultural/simbólica (baseada em indicadores socio-educacionais). Por um lado, atribui-se grande relevância à esfera profissional. A sua importância para os modos de vida e para a (re)configuração das sociedades actuais é óbvia pois, como sugere Queiroz (2005: 10), «as condições de trabalho influenciam as estruturas mentais e psicológicas». Por outro, considera-se que «a educação formal é hoje um dos elementos fulcrais tanto da organização dos quotidianos e dos trajectos de vida pessoais como da configuração das sociedades e dos seus processos de desenvolvimento» (Costa et al, 2000: 22). Esta construção bidimensional permite-nos apreender de forma consistente os principais traços definidores das classes sociais contemporâneas.

#### 4. TERRITÓRIO(S) DA CIDADE

Este ponto começa com uma interrogação: porque motivo se usa o conceito de território e não o de espaço, lugar ou paisagem? Para responder a esta questão precisamos, em primeiro lugar, de perceber do que estamos a falar quando nos referimos a cada um deles.

O espaço é um dos conceitos fundamentais da geografia humana. No dizer de Nigel Thrift (2003:95) é «the fundamental stuff of geography». O seu significado tem acompanhado o da própria disciplina da geografia. Passou de um sistema absoluto de coordenadas (ex: Nova Geografia) para ser algo relativo e dinâmico (ex: Geografia Radical). Efectivamente, muito do pensamento em torno deste conceito, hoje, gravita em torno do pensamento de Henri Lefebvre. Este filósofo francês tem influenciado um grande número de geógrafos dos quais salientamos Edward Soja e a sua dialéctica espacial (i.e. espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido).

Por seu turno, o lugar é também considerado central para a geografia humana. A forma como é percebido e utilizado tem também sofrido modificações substanciais ao longo da história. Cresswell (2004) identificou três abordagens, não mutuamente exclusivas, quanto ao uso do conceito de lugar, designadamente: i) descritiva, associada à visão do lugar enquanto algo único e particular; ii) social construtivista, preocupada com a particularidade do lugar no contexto mais amplo de processos sociais subjacentes; iii) fenomenológica, relacionada com a necessidade de perceber a imbricação do lugar na construção da própria existência humana.

Por fim, a ideia de paisagem, cujas origens remontam à emergência do sistema económico capitalista e da correspondente transformação da visão do mundo, possui também duas abordagens relativamente distintas. As paisagens podem ser vistas como: i) objectivas, relacionadas com a fisionomia/morfologia da Terra, ou seja, o conjunto das formas que a constitui, que resulta, em larga medida, da acção humana sobre a mesma; ii) subjectivas, no sentido associado à hermenêutica e ao simbolismo do produto da relação sociedade-natureza (Salgueiro, 2001). Apesar da concepção dicotómica existe uma característica que confere ao conceito de paisagem alguma unidade. Referimo-nos, evidentemente, à relevância do visual, ou seja, ao facto da paisagem poder ser observada mas nunca vivida.

Apesar de termos apenas esboçado de forma muito grosseira os principais traços definidores de cada um dos conceitos é, apesar de tudo, evidente, alguma sobreposição ao nível dos seus conteúdos. Por exemplo, a concepção relacional do espaço vivido é bastante similar à perspectiva fenomenológica do lugar. Esta, por sua vez, apresenta alguns pontos de contacto com a visão subjectiva da paisagem. Por outro lado, a paisagem objectiva pode ser entendida como espaço absoluto, embora sujeito à acção humana. Poderíamos continuar a testar diferentes articulações buscando mais continuidades e sobreposições conceptuais. Todavia, o núcleo central de cada um dos conceitos encontra-se relativamente consolidado e a sua utilização no quadro das práticas sociais e institucionais da geografia reflecte a resistência à mudança que as concepções primordiais continuam a ter no seio da comunidade geográfica. Por outras palavras, quando falamos de espaço estamos a falar de algo absoluto e relativo, o lugar encaminha-nos no sentido da relacionalidade, subjectividade e simbolismo, e a paisagem remete para a importância da observação e da exploração através da principal ferramenta da geografia – o olhar.

O uso do conceito de território procura dar resposta a esta crescente complexidade e também a alguma redundância e confusão teóricas, que tem vindo a marcar a geografia humana actual. Território significava, numa das suas formulações originais, uma área ou porção da Terra delimitada por fronteiras bem definidas dentro das quais o Estado-nação exercia o seu poder de soberania.

Considera-se que esta definição, eminentemente (geo)política, não só se adequa à temática da cidadania (também ela se localiza no campo dos estudos políticos) por estender a compreensão das relações entre política e geografia para uma outra «arena» (i.e. cidade) mas também porque permite superar o dualismo clássico entre espaço e lugar. Nem o espaço é revolucionário, nem o lugar reaccionário, para retomar os termos do debate ocorrido no início dos anos 90 entre David Harvey e Doreen Massey.

A nossa concepção de território preserva, no entanto, a noção de fronteira. Porém, esta já não é vista como barreira intransponível e completamente estanque mas sim como algo fluído e poroso. O Estado-nação, por exemplo, já não é a única comunidade política cujo poder se faz sentir dentro das fronteiras de um dado território.

Creemos que, entendido desta forma, o território se pode constituir enquanto elemento constitutivo de uma determinada «geometria do poder». Assim, como já referimos anteriormente, o território deverá ser entendido na sua relação dialéctica com as relações sociais. Usando uma metáfora topológica, a sedimentação destas últimas ocorre em determinados nós que são atravessados perpendicularmente por arcos multi-escalares.

Cada nó identifica a convergência e sedimentação das relações sociais num produto compósito constituído por um espaço (absoluto e relativo), um lugar (relacional/ /simbólico) e uma certa ideia de paisagem (visual).

Independentemente da perspectiva usada no estudo do desenvolvimento dos territórios das cidades (ex: sociologia, antropologia, literatura, cinema, arquitectura) e dos discursos associados às diferentes leituras (ex: segregação, fragmentação, privatização, securização, polarização, hiper-marginalização, suburbanização, gentrificação, carnavalização), a montante de todos eles podemos encontrar uma «geometria do poder» que nos pode ajudar a descrever e explicar melhor as especificidades do desenvolvimento heterogéneo e desigual das cidades.

## 5. VALORES, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS

Cada indivíduo vê o mundo de uma forma distinta directamente relacionada com um conjunto de factores que moldam o seu pensamento e a sua acção. Os valores sociais, enquanto sistemas estruturados de preferências, encontram-se entre os mais importantes factores estruturantes da acção humana.

Porém, não existe ainda uma teoria suficientemente capaz de explicar as relações entre pensar e agir. As incongruências entre aquilo que se pensa, se diz, e se faz, são tão evidentes que não necessitam de demonstração. Todavia, tal como defende João Ferreira de Almeida (1990:1), «nem por isso deixa de ser forte a hipótese de relacionamento entre os dois termos, ou seja, a afirmação de que valores e representações, funcionam igualmente de modo activo, isto é, interferem nas dinâmicas sociais, nomeadamente através das modelações de estratégias e comportamento dos actores».

O mesmo autor providencia também uma definição de valores e representações que estabelece uma subtil, ainda que relevante, distinção entre a análise individual e a análise social. Este trabalho incide sobretudo sobre a primeira, na medida em que o trabalho empírico se baseia nessa unidade de análise (i.e. o indivíduo). Nesse sentido, os valores devem ser vistos como «sistemas de disposições e orientações interiorizadas pelos actores» (Almeida, 2000: 160).

Dado que os valores, representações e práticas são vistas aqui a partir do ponto de vista da cidadania, pode estabelecer-se um paralelo entre pertença, direitos e deveres e valores e representações e outro entre participação e práticas. Na realidade, pretendemos simultaneamente perceber de que forma o posicionamento individual no quadro da «geometria do poder» influencia os seus valores e representações (ex: posicionamento ideológico e partidário, distância ao poder), e as suas práticas de participação (ex: organizada/espontânea, legitimação/influência) (Barreto, 2003).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, J. F. 1990, *Portugal, Os Próximos 20 Anos, VIII Vol., Valores e Representações Sociais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Almeida, J. F. 1994, *Introdução à Sociologia*, Universidade Aberta, Lisboa.
- Almeida, J. F. 2000, 'Sociedade e valores', in *Portugal Contemporâneo*, coord. A. C. Pinto, Sequitur, Madrid.
- Barbalet, J. M. 1989, *A Cidadania*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Barreto, A. 2003, *Tempo de Incerteza*, 2ª Edição, Relógio D'Água, Lisboa.
- Bellamy, R. 2008, *Citizenship: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, Oxford.
- Costa, A. F., et al 2000, 'Classes sociais na Europa', *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43.
- Cresswell, T. 2004, *Place: A short introduction*, Blackwell, Oxford.
- Kymlicka, W. 1998, 'Citizenship', in *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, org. E. Craig, Routledge, London.
- Marshall, T. H. 1950/1992, *Citizenship and Social Class*, Pluto Press, London.
- Massey, D. 1993, 'Power-geometry and a progressive sense of place', in *Mapping the future: local cultures, global change*, eds. J. Bird, et al., Routledge, London.
- Panelli, R. 2004, *Social Geographies*, Sage Publications, London.
- Queiroz, M. C. 2005, *Classes, identidades e transformações sociais: Para leras evoluções da estrutura social portuguesa*, Campo das Letras, Porto.
- Roldão, C. 2008, 'Testando Modelos de Operacionalização: uma análise exploratória de modelos de operacionalização da estrutura de classes ao quadro do European Social Survey – Round 2 (2004)', *CIES e-Working Paper*, 55, pp. 1-32.
- Salgueiro, T. B. 2001, 'Paisagem e Geografia', *Finisterra*, XXXVI, 72, pp. 37-53.
- Thrift, N. 2003, 'Space: the fundamental stuff of geography', in *Key Concepts in Geography*, eds. S. Holloway, et al., Sage, London.